



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE/RS

EDITAL N° 007/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 0002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 133/2025

OBJETO	Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada destinada à construção de Módulos Habitacionais.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 294.860,85
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	<u>03/03/2026</u>
MODO DE DISPUTA	Aberto
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço por item
PARTICIPAÇÃO	AMPLA CONCORRÊNCIA

Torna-se público que a **PREFEITURA DE PINHAL GRANDE/RS**, inscrita no CNPJ n° **94.444.346/0001-22**, por meio do Prefeito, Sr. Lucas Michelon, sediada na Avenida Integração, n.º 2691, Bairro Integração, Pinhal Grande/RS, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, nos termos da Lei n° 14.133/2021, do Decreto Municipal n° 2.481, de 09 de maio de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 03/03/2026

Horário: 14:00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasnet.gov.br

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada destinada à construção de Módulos Habitacionais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada **MENOR PREÇO POR ITEM**, com fornecimento apenas de mão de obra, demais especificações técnicas conforme Memorial Descritivo descrito nesse edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. DA PROPOSTA

4.16.1. O Anexo VII apresentará o Modelo de Proposta, que deverá ser obrigatoriamente preenchido com os valores unitários ofertados pela licitante, devendo ser acompanhado da respectiva Planilha Orçamentária



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

4.16.2. Solicitação de Planilha Orçamentária e Padrão SINAPIP para garantir a transparência, padronização e equidade em nossas cotações, estabelecemos as seguintes diretrizes para a elaboração de suas propostas orçamentárias:

4.16.3. Solicitação da Planilha Orçamentária Padrão

Todas as empresas interessadas deverão solicitar a planilha orçamentária em formato Excel ao Setor de Engenharia do Município. **Esta planilha será o único modelo aceito para a apresentação das propostas de cotação.**

O objetivo da disponibilização desta planilha é uniformizar a estrutura das propostas, facilitando a análise comparativa e assegurando que todos os itens e etapas da obra sejam devidamente contemplados, de acordo com o escopo do projeto.

4.16.4. Conformidade com os Códigos SINAPI

Na proposta, quando a planilha orçamentária disponibilizada contiver códigos de serviços e insumos constantes na Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), deverá ser observada a uniformidade dos valores unitários correspondentes. Assim, quando houver repetição de códigos idênticos, os respectivos valores deverão ser rigorosamente iguais, sendo vedada qualquer divergência de preços para um mesmo código SINAPI. Qualquer divergência nos valores unitários de itens com códigos SINAPI deverá ser devidamente justificada na proposta, sob pena de desclassificação.

Solicitamos a atenção de todas as empresas para o cumprimento rigoroso destas orientações, que são fundamentais para a lisura e eficiência de nossos processos.

Em caso de dúvidas ou para solicitar a planilha orçamentária, por favor, entrem em contato através dos e-mails; eng@pinhalgrande.rs.gov.br ou engenharia@pinhalgrande.rs.gov.br.

4.16.5. Preço global do objeto a ser contratado, considerando a aplicação de preços unitários propostos em planilha de preços.

4.16.6. Planilha Orçamentária devidamente assinada pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA/CAU deverão estar apostos de maneira legível.

4.16.7. Cronograma Físico-Financeiro, devidamente assinado pelo responsável técnico da licitante, cujo nome e número de registro no CREA deverão estar apostos de maneira legível.

4.16.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.16.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

4.16.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.16.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.16.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.17.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.17.2. - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;



4.17.3 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

4.17.4. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa já prestou serviço de características semelhantes com o objeto da licitação.

4.17.5 - DECLARAÇÕES:

- a) declaração conjunta, constante no Anexo III deste Edital.
- b) declaração do porte da empresa, Anexo V deste Edital
- c) declaração de que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de economia mista, conforme anexo VI.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 2,00 (dois reais).**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Agente de Contratação/Comissão, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou por cópia simples.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, em formato digital e ZIP, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.10. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

8.11. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

8.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.14.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.15.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observando o prazo disposto no item 9.9.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

9.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir de sua lavratura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

10.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

10.1.3 A ata de registro de preços será firmada pelo titular da unidade responsável pela realização da licitação, juntamente com o Pregoeiro, bem como pelo representante da empresa que detenha o preço registrado, podendo ser lavrado mais de um documento por procedimento de contratação, conforme o número de vencedoras do respectivo procedimento.

10.1.4 A ata de registro de preços terá validade de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

10.1.5. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados para o próximo período, até o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo realizado no primeiro ano de vigência da ata.

10.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 14.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

10.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2 - Na eventualidade de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro por período que ultrapasse 12 meses da data de apresentação das propostas, por motivos justificados e aceitos pela Administração, o saldo contratual, a critério da contratante, será reajustado conforme a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ocorrida entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, salvo modificações na política monetária em vigor.

11.2.1 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.2 Na ausência de recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.pinhalgrande.rs.gov.br/home>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licita@pinhalgrande.rs.gov.br e compras@pinhalgrande.rs.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.pinhalgrande.rs.gov.br/home>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I – Memorial Descritivo

16.11.2. ANEXO II – Termo de Referência.

16.11.3. ANEXO III - Declaração conjunta

16.11.4. ANEXO IV - Declaração de opção por não realizar a vistoria técnica

16.11.5. ANEXO V - Modelo de declaração do porte da empresa

16.11.6. ANEXO VI – Modelo de declaração que não emprega funcionário público

16.11.7. ANEXO VII – Modelo de Proposta

16.11.8. ANEXO VIII - Minuta De Registro de Preços

17. OBSERVAÇÕES DO EDITAL

1º - As planilhas complementares referentes ao presente projeto serão disponibilizadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Pinhal Grande, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.pinhalgrande.rs.gov.br/2025/editais-licitacoes/concorrenci-publica/listagem-de-arquivos-para-download/108>, cabendo aos interessados o acompanhamento e a verificação do conteúdo disponibilizado.

Pinhal Grande/RS, 12 de fevereiro de 2026.

.....

Lucas Michelin

Prefeito Municipal de Pinhal Grande



ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO

Solicitante: Secretária Municipal da Assistência Social e Habitação - Prefeitura Municipal de Pinhal Grande / RS

Obra: Construção de Módulos Habitacionais Modelo Padrão Assistência Social

Endereço: Diversas Localidades do Município de Pinhal Grande

Área Construída: 24,00 m² e 30,00 m²

1. GENERALIDADES

O presente memorial tem por finalidade descrever as instalações e características arquitetônicas de uma residência unifamiliar de tipologia mista, composta por elementos construtivos em alvenaria e madeira.

Todos os materiais empregados na execução da obra, bem como os serviços de mão de obra, deverão obedecer rigorosamente às Normas Brasileiras (NBR) pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como às especificações dos fabricantes e às boas práticas da construção civil.

1.1. Serviços Iniciais

Antes do início da execução da obra, será efetuada a limpeza geral do terreno, com a remoção de entulhos, vegetação e camada vegetal superficial, garantindo as condições adequadas para o início das atividades de terraplenagem.

O terreno será devidamente nivelado conforme o projeto topográfico e o gabarito definido em obra. Serão realizados os cortes e aterros necessários para o ajuste das cotas de implantação da edificação, assegurando o escoamento adequado das águas pluviais.

As valas das fundações serão escavadas manualmente ou mecanicamente, até atingir terreno de resistência compatível e firme o suficiente para receber o concreto ciclópico.

Após a escavação, as valas serão limpas e regularizadas, procedendo-se à execução da camada de concreto magro de regularização.

1.2. Fundações Estruturais

1.2.1. Concreto Ciclópico



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

Sob as paredes portantes será executado concreto ciclópico, em valas com dimensões mínimas de 40 cm de profundidade por 20 cm de largura, ou conforme as condições do terreno.

A escavação será realizada até encontrar solo firme e suficientemente resistente para suportar as cargas da edificação. Sobre o fundo da vala será lançado o concreto ciclópico, composto por concreto simples e pedras de mão e/ou pedra britada, devidamente limpas e umedecidas, até atingir a altura total da vala.

Sobre o concreto ciclópico será executado o alicerce em alvenaria de tijolo maciço, assentado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (uma parte de cimento para três partes de areia), sem aditivos plastificantes.

As juntas deverão ser bem preenchidas, garantindo o perfeito travamento dos tijolos e o adequado apoio das paredes estruturais. As ferragens eventualmente previstas em projeto deverão ser posicionadas conforme as indicações específicas.

1.2.2. Nivelamento com alvenaria de tijolo maciço

O nivelamento da fundação será executado em alvenaria de tijolo maciço, assentado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (uma parte de cimento para três partes de areia).

Entre as últimas fiadas do alicerce, serão colocadas duas barras de aço CA-60 de 5 mm de diâmetro, com o objetivo de garantir melhor amarração e distribuição de esforços.

O alicerce do banheiro será executado com tijolo maciço de uma vez, enquanto nos demais cômodos a execução será feita em meia vez, conforme especificado em projeto.

Conforme o detalhe 02 – alicerce escalonado do projeto arquitetônico, o alicerce deverá avançar 0,50 m para dentro da edificação, garantindo estabilidade e apoio adequado para as paredes e demais elementos estruturais.

2. SUPERESTRUTURA

2.1. Parede de Alvenaria e Madeira

As paredes da edificação serão executadas em sistema construtivo misto, compostas por elementos de alvenaria de vedação e madeira, conforme indicado em projeto arquitetônico.

2.1.1. Alvenaria de Vedação



A parede do banheiro será construída em tijolo cerâmico de 6 furos, com espessura constante conforme planta baixa.

A argamassa de assentamento será composta de cimento e areia média, no traço 1:5 (uma parte de cimento para cinco partes de areia), com adição de aglutinante, garantindo melhor aderência e plasticidade.

Na última fiada de tijolos será colocada uma barra de aço CA-60 de 5 mm de diâmetro, visando reforço e amarração da alvenaria. Nessa fiada, a argamassa deverá ser composta de cimento e areia no traço 1:5, sem aditivo plastificante junto às ferragens.

2.1.2. Paredes em Madeira

As demais paredes serão executadas em tábuas de madeira aplainadas e matajuntadas, obedecendo às espessuras e dimensões especificadas em projeto.

Na altura de 1,10 m será instalada uma cinta de madeira com seção de 4 cm x 5 cm, com comprimento conforme o projeto, para reforço e amarração das tábuas.

Para a parede divisória entre sala/cozinha e dormitório, será fixado um rodapé de madeira de 3 cm x 4 cm sobre o piso, destinado à fixação da divisória. Na parte superior, junto ao forro, será colocada uma tábua de madeira para fixação e travamento da mesma, garantindo estabilidade e acabamento adequado.

3. COBERTURA

3.1. Estrutura da Cobertura em Madeira

A cobertura será executada utilizando estrutura de madeira de eucalipto tratada (caibros e ripas), para a seleção das peças deve-se observar as seções e comprimentos de acordo com o dimensionamento previsto em projeto.

As peças serão cortadas, esquadrejadas e preparadas de modo a garantir encaixes firmes, estáveis e corretamente alinhados.

A montagem compreenderá a instalação da cumeeira, caibros, ripões e eventuais terças, com fixação executada por meio de pregos galvanizados, parafusos e conectores metálicos, assegurando o prumo, o esquadro e o perfeito alinhamento da estrutura.



3.2. Colocação das Telhas de Fibrocimento

Será utilizado telhas de fibrocimento com espessura mínima de 6 mm, conforme ABNT NBR 15210.

A colocação das telhas terá início pelo beiral, com sobreposição lateral e longitudinal conforme especificações do fabricante, de modo a assegurar perfeita vedação contra infiltrações. As telhas serão fixadas sobre os ripões com parafusos galvanizados, munidos de anel de vedação e arruelas de neoprene, evitando danos ao material e garantindo fixação firme

Serão executados os arremates, cumeeiras e rincões conforme o projeto e as recomendações do fabricante, cuidando-se do correto alinhamento, fixação, vedação e acabamento final, de modo a evitar eventuais infiltrações e assegurar o desempenho e a durabilidade da cobertura.

4. ESQUADRIAS

As esquadrias serão executadas conforme o projeto executivo e as especificações técnicas, observando-se os alinhamentos, prumos e acabamento adequados.

A janela do banheiro será de ferro tipo bascula 50x50cm, com vidro liso, garantindo ventilação e iluminação natural adequadas ao ambiente. As demais janelas confeccionadas no local, com dimensões de 100x100cm de madeira machambrada e dotadas de tramela com trinco chato para fechamento seguro.

A porta externa será de ferro, com dimensões de 0,80x210cm completa.

As portas internas serão executadas no local, conforme dimensões indicadas em projeto, com madeira machambrada, batentes de madeira e ferragens completa (dobradiça e trinco), garantindo bom funcionamento e acabamento adequado.

Durante a execução, todas as esquadrias deverão ser devidamente alinhadas, niveladas e fixadas, assegurando perfeito encaixe e vedação. Após a instalação, deverão ser realizadas as correções e ajustes necessários para o pleno funcionamento das peças e a limpeza final das superfícies.

5. REVESTIMENTOS

- **Chapisco: paredes internas e externas.**
- **Emboço/Reboco: paredes internas.**



5.1. Chapisco

As paredes de alvenaria, tanto externas quanto internas, receberão aplicação de chapisco com argamassa composta de cimento e areia no traço 1:3, em volume. A superfície das paredes será previamente limpa e umedecida, garantindo adequada aderência da argamassa.

A aplicação será realizada de forma manual, por meio de lançamento com colher de pedreiro ou desempenadeira apropriada, formando uma camada rugosa e uniforme, com espessura média de 5 mm, conforme especificações técnicas.

O chapisco tem como finalidade promover a aderência entre a alvenaria e as camadas subsequentes de revestimento, como o emboço e o reboco. Após a aplicação, deverá ser feita a cura úmida por, no mínimo, 48 horas, evitando-se secagem rápida que possa comprometer a aderência e a resistência do revestimento.

5.2. Emboço/Reboco

As paredes internas de alvenaria receberão revestimento em emboço/reboco (massa única), executado com argamassa composta de cimento, cal e areia no traço 1:2:8, em volume, conforme especificações do projeto e normas técnicas vigentes.

Antes da aplicação, as superfícies deverão estar limpas, firmes e previamente umedecidas, garantindo adequada aderência da argamassa ao chapisco. A aplicação será feita manualmente, com desempenadeira de aço ou madeira, em camada única de aproximadamente 25 mm de espessura, formando superfície plana e uniforme.

Durante a execução, será realizado o prumo, nível e alinhamento das paredes, assegurando o correto acabamento e espessura constante. O acabamento final será desempenado até obter textura lisa e homogênea, própria para receber pintura ou outro revestimento.

Após a aplicação, deverá ser realizada a cura úmida por, no mínimo, 7 dias, mantendo a umidade da superfície para evitar fissuras e garantir o desenvolvimento da resistência e da durabilidade da argamassa.

5.3. Forro e Abas dos Beirais

O forro e as abas dos beirais, juntamente com o roda-forro, serão executados em madeira de pinus e/ou PVC, conforme especificações do projeto e das condições de fornecimento.



Quando executado em madeira de pinus, o material deverá ser tratado, seco e lixado, garantindo durabilidade, estabilidade e proteção contra fungos e insetos. A estrutura de sustentação será composta por peças de madeira devidamente fixadas à estrutura principal da cobertura, assegurando nivelamento, prumo e firmeza. As tábuas ou lambris serão fixados com pregos ou parafusos galvanizados, com juntas bem ajustadas e acabamento uniforme.

Quando adotado forro em PVC, o material deverá ser de primeira qualidade, com acabamento liso ou frisado, fixado sobre estrutura de madeira ou metálica. As lâminas serão encaixadas por sistema macho-fêmea, garantindo perfeito fechamento e aspecto estético homogêneo.

As abas dos beirais seguirão o mesmo padrão de material do forro, proporcionando continuidade visual e proteção das fachadas contra intempéries. O roda-forro tipo meia-cana será instalado como arremate entre o forro e as paredes, proporcionando melhor acabamento e vedação.

6. PAVIMENTAÇÃO / PISO

A pavimentação será executada conforme o projeto e especificações técnicas, compreendendo as etapas de preparo do subleito, execução do contrapiso e acabamento em cimento queimado.

6.1. Preparo do subleito

O subleito deverá ser preparado com preenchimento de cascalho ou brita graduada, contendo cerca de 30% de material fino, devidamente misturado e espalhado em camadas sucessivas de, no máximo, 20 cm de espessura. Cada camada será umedecida em abundância e apiloada manualmente, até alcançar a compactação e o nível previstos em projeto.

Sobre a camada compactada, será executado um lastro de brita, uniformemente distribuído, de modo a garantir drenagem, estabilidade e adequada base de apoio para o contrapiso.

6.2. Contrapiso e Execução do Cimento Queimado

Sobre o lastro de brita do subleito será executado um contrapiso de concreto com resistência característica de $f_{ck} = 15$ MPa, utilizando o traço 1:3,4:3,5 (cimento : areia média : brita 1), e espessura de 5 cm, destinado a receber o acabamento em cimento queimado.

Essa camada tem a função de nivelar a superfície e prepará-la para o revestimento final.

Para a execução do cimento queimado, o local deve estar devidamente limpo, livre de poeira, resíduos e impurezas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

Sobre o contrapiso é aplicada uma camada de argamassa de cimento, areia e água, com traço 1:3 e espessura aproximada de 1 cm, com a finalidade de regularizar e nivelar a base.

Com a superfície ainda úmida, aplica-se uma fina camada de cimento em pó, que deve ser espalhada uniformemente e alisada com desempenadeira de aço, até que se obtenha o aspecto característico do cimento queimado.

Após a secagem, caso necessário, pode-se realizar uma segunda passada com a desempenadeira para melhorar o acabamento e o brilho superficial.

7. LOUÇAS SANITÁRIAS

A bacia sanitária será equipada com sistema de descarga por meio de caixa suspensa, o lavatório será do tipo com coluna, e o chuveiro será comum.

8. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

As instalações hidrossanitárias deverão ser executadas de acordo com as normas técnicas da ABNT vigentes e aplicáveis, tomando-se todas as precauções para que as tubulações não sofram esforços não previstos, decorrentes de recalques ou deformações estruturais, garantindo seu isolamento e permitindo a dilatação e contração necessárias.

As canalizações deverão ser assentadas sobre terrenos resistentes ou sobre embasamento adequado, com recobrimento mínimo de 0,50 m em leitos de vias de tráfego e 0,30 m nos demais casos, sendo protegidas adequadamente nos trechos em que esse recobrimento não for possível.

Os tubos de ponta e bolsa deverão ser assentados com a bolsa voltada para montante, no sentido oposto ao da canalização. As canalizações correrão embutidas em alvenarias e/ou pisos, salvo indicação contrária em projeto.

As canalizações de água nunca serão horizontais, devendo apresentar declividade mínima de 2% no sentido do escoamento, não sendo admitido sentido inverso, e os ralos também devem possuir inclinação adequada. As canalizações de água não poderão passar por dentro de caixas de inspeção, fossas, sumidouros ou quaisquer outros meios de inspeção de esgoto.

As extremidades das tubulações de esgoto deverão ser vedadas até a instalação dos aparelhos sanitários, utilizando bujões de rosca, plugs ou conexões apropriadas, procedimento que se aplica igualmente à tubulação de água.

A instalação deverá ser dotada dos elementos necessários para possíveis inspeções ou desobstruções, sendo as canalizações internas sempre acessíveis por caixas de inspeção ou peças especiais.



Após a execução das canalizações e antes do recobrimento, deverão ser realizados testes em todas as instalações, visando à detecção de vazamentos ou entupimentos.

9. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

9.1. Entrada De Energia: será monofásica, em poste particular, conforme Normas Técnicas das concessionárias.

- **GED 13** - Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição (RGE Sul - CPFL Energia)
- **RIC/BT** - Regulamento de Instalações Consumidoras (CELETRO)

9.2. Medição De Energia: será em baixa tensão, com caixa para medidores no padrão da concessionária.

9.3. Quadros De Distribuição: será instalado um CD com 3 disjuntores, com um disjuntor geral, um disjuntor exclusivo para o chuveiro e outro para os demais circuitos.

- Seguir Diagrama Unifilar.
- No quadro deverá ser identificado todos os circuitos.

9.4. Circuitos: deverão ser efetuados 3 circuitos, sendo um exclusivo para o chuveiro elétrico. Observar o quadro de carga e projeto elétrico em anexo, garantindo a proteção adequada e a bitola correta dos fios.

9.5. Aterramento: será composto por hastes de aterramento, com caixa de inspeção, para verificação e inspeção do aterramento. A ligação com a rede será através do neutro, sendo que a conexão deverá ser bem firme, atrás de barramento ou conector split bolt 10mm.

9.6. Materiais a empregar: todos os materiais deverão atender as Norma Brasileira da ABNT aplicáveis, garantindo alta qualidade e confiabilidade técnica.

9.7. Caixas de Passagem e Derivação: serão conforme especificação do fabricante.

9.8. Alturas das caixas em relação ao piso: caixas altas: 2,10 metros; caixas médias: 1,10 metros; caixas baixas: 0,30 metros.

9.9. Interruptores e Tomadas: nas paredes de alvenarias serão embutidas, rebocadas e revestidas; enquanto que nas paredes de madeira serão sobrepostas. Serão instaladas tomadas monofásicas 2P+T (10A-220V), NBR 14136, conforme foto ilustrativa abaixo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE



Fonte: Google

9.10. Eletrodutos: serão utilizados eletrodutos corrugados flexível de 25mm. As instalações deverão ficar embutidas em eletrodutos de PVC tanto nas paredes de alvenaria, quanto no forro.

Todas as extremidades livres dos tubos serão, antes da concretagem e durante a construção, convenientemente obturadas, a fim de evitar a penetração de detritos e umidade.

Nas paredes de madeiras as instalações devem ser embutidas em canaletas de PVC, e se houver dificuldade de fixação, utilizar parafusos na fixação das instalações.

9.11. Luminárias: as lâmpadas serão de LED e fixadas com suporte roscável no teto. Para as instalações das mesmas, deve-se observar o centro dos cômodos.

9.12. Padronização das cores:

- **Fase:** Branco, Preto ou Vermelho
- **Neutro:** Azul
- **Terra:** Verde ou Amarelo

Obs: Se não for possível obedecer ao padrão, identificar a fiação com fita isolante ou anilhas.

9.13. Normas e Especificações Técnicas Aplicáveis: a execução deverá ser realizada por profissionais qualificados, obedecendo às plantas e indicações do memorial, além das seguintes normas:

- NBR-5410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- NBR-5413: Iluminamento de Interiores e Exteriores;
- NBR-5419: Sistemas de Aterramento;
- NBR 14136 – Plugues e Tomadas;
- NBR 9513: Emendas para cabos de potência isolados para tensões até 750 V.

9.14. Condutores: Todos os condutores serão isolados, com características especiais de autoextinção. Para iluminação e tomadas, utilizar cabo isolado para 450/750 V, bitola conforme projeto. Emendas só serão permitidas dentro das caixas de passagem, devidamente isoladas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

9.15. Emendas: Devem atender à NBR 9513. Para condutores com seção nominal menor que 10 mm², isolar com várias camadas de fita isolante para 600 V, garantindo o nível de isolamento original (750 V) e a capacidade de condução de corrente.

Pinhal Grande/RS, 03 de outubro de 2025.

Lucas Michelin
Prefeito Municipal

Raieli Rubin
Engenheira Civil
CREA PR 182780/D



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

Prefeitura Municipal de Pinhal Grande/RS

Secretária Municipal da Assistência Social e Habitação

CNPJ: 94.444.346/0001-22

Avenida Integração, 2691, Bairro Integração - Pinhal Grande/RS

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objetivo o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada destinada à construção de Módulos Habitacionais, abrangendo: estrutura de alvenaria, estrutura de madeira, execução de contrapiso, instalação de cobertura com telhas de fibrocimento de 6 mm, bem como instalações elétricas e hidráulicas

2. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO

O objeto classifica-se como **obra**.

Conforme o art. 6º, inc. XII, da Lei nº 14.133/21, trata-se de obra “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que *inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais* de bem imóvel”.

3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. MÍN/MÁX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Construção de Módulos Habitacionais Modelo Padrão Assistência Social, com estrutura de alvenaria, estrutura de madeira, execução de contrapiso, instalação de cobertura com telha fibrocimento 6mm, bem como instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 24,00 m²	UND	1/10	R\$ 11.592,99	R\$ 115.929,90



Avenida Integração, 2691 - Pinhal Grande-RS - Cep: 98150-000
Fone: (55) 32781135 - www.pinhalgrande.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

Meta	Meta 2				MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS HABITACIONAIS - 5,00 x 6,00 = 30,00 M²						11.928,73
Nível 2	Nível 2	2.1			ESTRUTURA DE ALVENARIA						4.014,85
Serviço	Serviço	2.1.1	Composição	802	MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS TIPO 60X120X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/08/20, REF. 101159	M*	12,97	78,06	BDI 1	101,87	1.310,88
Serviço	Serviço	2.1.2	Composição	801	MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS TIPO 60X120X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/08/21, REF. 103334	M*	20,54	81,50	BDI 1	117,57	2.414,89
Serviço	Serviço	2.1.3	Composição	804	MÃO DE OBRA PARA CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/20/22, REF. 87579	M*	52,08	2,95	BDI 1	3,78	197,38
Serviço	Serviço	2.1.4	Composição	805	MÃO DE OBRA PARA ENBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8. PREPARO MECÂNICO APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 19M². E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/02/24, REF. 87535	M*	27,69	19,44	BDI 1	24,36	691,70
Nível 2	Nível 2	2.2			ESTRUTURA DE MADEIRA						5.357,48
Serviço	Serviço	2.2.1	SINAPI	101395	CARPINTERO AUXILIAR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	YES	1,02	4.189,57	BDI 1	5.357,48	5.357,48
Nível 2	Nível 2	2.3			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS						210,90
Serviço	Serviço	2.3.1	SINAPI	2698	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO (HORISTA)	H	8,08	20,52	BDI 1	28,37	210,90
Nível 2	Nível 2	2.4			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						591,04
Serviço	Serviço	2.4.1	SINAPI	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	16,00	28,75	BDI 1	36,34	591,04
Nível 2	Nível 2	2.5			EXECUÇÃO DE CONTRAPISO						864,90
Serviço	Serviço	2.5.1	Composição	803	MÃO DE OBRA PARA CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CEMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF_07/20/21, REF. 87700	M*	30,09	22,44	BDI 1	28,83	864,90
Nível 2	Nível 2	2.6			COBERTURA COM TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM						286,50
Serviço	Serviço	2.6.1	Composição	806	MÃO DE OBRA PARA TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 8 MM, COM RECORRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE CIMENTO. AF_07/20/19, REF. 84210	M*	30,09	7,51	BDI 1	6,85	286,50

3.1. O valor estimado para a contratação de mão de obra para a execução de um Módulo Habitacional de área construída de 24,00 m² é de R\$ 11.592,99 (onze mil, quinhentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos). E um Módulo Habitacional de área construída de 30,00 m² é de R\$ 11.928,73 (onze mil, novecentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos). Sendo o valor total estimado da mão de obra em **R\$ 294.860,85 (duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos)**, destinado ao atendimento da demanda dos módulos habitacionais.

3.2. A definição do valor estimado para a presente contratação foi realizada com base nas composições de custos e referências disponíveis no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, data base setembro/2025, adotado como parâmetro oficial para estimativa de serviço de engenharia no âmbito da Administração Pública, conforme segue a planilha SINAPI em anexo.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS

4.1. Estrutura de Alvenaria

4.1.1. Execução do Alicerce de Alvenaria

- Assentamento de pedra britada no fundo das valas, visando garantir drenagem adequada e base firme.
- Preparação e aplicação de camada de concreto magro (capa de regularização) para nivelamento da base.
- Montagem das formas de madeira ou metálicas, se necessário, para confinar o concreto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

- Execução do alicerce em alvenaria, utilizando blocos ou tijolos, com argamassa de cimento e areia no traço (1:3), conforme especificações técnicas.
- Alinhamento, prumo e nivelamento rigoroso dos blocos/tijolos durante o assentamento.
- Execução das amarrações e reforços estruturais necessários.
- Cura da alvenaria pelo período indicado para garantir resistência adequada.

4.1.2. Execução da Alvenaria de Vedação

- Levantamento das paredes de vedação com blocos ou tijolo cerâmico 6 furos, conforme projeto executivo.
- Utilização de argamassa de assentamento no traço 1:5 (cimento e areia) ou conforme especificação técnica e com adição de aglutinante para melhor aderência e plasticidade.
- Execução das fiadas com controle de prumo, nível e alinhamento.
- Realização de amarrações entre paredes e elementos estruturais, conforme normas técnicas vigentes (ABNT NBR 15961 e correlatas).

4.1.3. Chapisco no Alicerce e nas Paredes do Banheiro

- Preparação da superfície das paredes, com limpeza e umedecimento prévio.
- Aplicação do chapisco com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, em camada de aproximadamente 5 mm.
- O chapisco tem a função de promover aderência entre a alvenaria e o reboco.
- Cura úmida do chapisco por período mínimo de 1 a 2 dias.

4.1.4. Reboco nas Paredes Internas do Banheiro

- Aplicação de argamassa de cimento, cal e areia no traço 1:2:8.
- Espessura da camada entre 1,5 cm a 3 cm, garantindo superfície regular e acabamento liso.
- Nivelamento, desempeno e acabamento final com desempenadeira de aço.
- Cura do reboco por, no mínimo, 7 dias, mantendo a umidade para evitar fissuras e assegurar resistência.



4.1.5. Execução da Estrutura de Madeira

- Seleção e recebimento da madeira devidamente tratada (autoclavada ou com produto preservante), conforme projeto e especificações técnicas.
- Verificação da umidade da madeira, garantindo que esteja dentro dos limites normativos para evitar deformações e ataques de fungos ou insetos.
- Corte, esquadria e preparação das peças estruturais (pilares, vigas, caibros, terças e ripas) conforme medidas do projeto executivo.
- Montagem da estrutura de madeira com fixações adequadas (pregos, parafusos, conectores metálicos, chapas e cantoneiras galvanizadas).
- Garantia de prumo, alinhamento e esquadro durante a montagem da estrutura.
- Execução dos encaixes, uniões e travamentos necessários para garantir estabilidade e resistência.
- Inspeção final da estrutura montada, verificando estabilidade e acabamento antes da instalação da cobertura ou demais elementos.

4.1.6. Execução do Contrapiso

- Preparação da base com limpeza e umedecimento do substrato.
- Aplicação de camada de argamassa de cimento e areia (traço 1:4 ou 1:5), com espessura média de 3 a 5 cm.
- Nivelamento e regularização da superfície com régua e desempenadeira.
- Cura úmida do contrapiso para evitar fissuração e garantir resistência adequada.

4.1.7. Instalações de Cobertura de Telhas Fibrocimento (6mm)

- Execução da estrutura de apoio em madeira, metálica ou conforme especificação de projeto.
- Fixação das telhas de fibrocimento de 6 mm, com parafusos galvanizados e arruelas de vedação.
- Respeito às sobreposições mínimas recomendadas pelo fabricante e às normas de ventilação e estanqueidade.
- Instalação de cumeeira e arremates, garantindo o acabamento e o escoamento correto das águas pluviais.



4.1.8. Instalação Hidrossanitária

- Execução das redes de água fria conforme projeto hidráulico e normas da ABNT (NBR 5626 e correlatas).
- Instalação e fixação de tubulações de esgoto e drenagem conforme NBR 8160.
- Fixação dos pontos para louças sanitárias (vaso sanitário, pia, chuveiro).
- Teste de estanqueidade e pressão nas tubulações para identificar possíveis vazamentos.
- Execução da instalação dos sistemas de água e esgoto em conformidade com as normas técnicas vigentes.

4.1.9. Instalação Elétricas

- Execução das instalações elétricas conforme projeto e normas da ABNT (NBR 5410).
- Passagem de eletrodutos embutidos em alvenaria antes do reboco.
- Instalação de caixas de passagem, tomadas, interruptores e pontos de iluminação conforme layout aprovado.
- Identificação e fixação dos circuitos no quadro de distribuição, com disjuntores adequados.
- Teste e verificação final do funcionamento e continuidade dos circuitos elétricos.

5. JUSTIFICATIVA

A contratação de mão de obra especializada para a construção e implantação de módulos habitacionais destinam-se ao acolhimento de famílias em situação de extrema vulnerabilidade social, que não dispõem de condições dignas de moradia.

Constata-se, por meio de avaliações técnicas e dos cadastros socioeconômicos mantidos pela política de assistência social, que diversas famílias encontram-se em condições precárias de habitação, expostas a riscos sociais e ambientais, tais como insalubridade, infiltrações, ausência de instalações básicas e comprometimento estrutural das moradias. Tais circunstâncias violam direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, em especial o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e o direito social à moradia (art. 6º).

A construção dos Módulos Habitacionais visa promover a proteção social básica, garantindo condições mínimas de segurança, habitabilidade, salubridade e bem-estar às famílias assistidas, prevenindo agravamentos de vulnerabilidades e assegurando o acesso a direitos.

A disponibilização dos módulos representa, portanto, ação de caráter humanitário, voltada à garantia de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

direitos e à proteção das famílias em situação de pobreza extrema ou desproteção habitacional.

Cabe ressaltar que o atual quadro de pessoal não dispõe de profissionais com a formação e experiência técnica necessárias para a execução direta dessas atividades com o nível de especialização exigido. Dessa forma, a contratação externa torna-se tecnicamente imprescindível para viabilizar a entrega dos módulos habitacionais com a qualidade requerida, dentro dos parâmetros de desempenho previstos e no prazo estabelecido.

6. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1.** Os serviços serão solicitados pela Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação conforme demanda;
- 6.2.** O profissional deverá utilizar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados às atividades desenvolvidas;
- 6.3.** Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT e normas regulamentadoras de segurança do trabalho;
- 6.4.** O fornecimento de materiais e peças necessárias será de responsabilidade da Prefeitura, salvo quando especificado em contrário.
- 6.5.** Verificada a não conformidade de algum serviço, a contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

7. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1.** Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados em diversas localidades do Município de Pinhal Grande / RS.
- 7.2.** A empresa contratada deverá adaptar-se às condições físicas, operacionais e de acesso do local, respeitando normas de segurança, circulação de pessoas e eventuais restrições impostas pela CONTRATANTE, garantindo a execução adequada e segura dos serviços.

8. GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 8.1.** A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 2.481 de 09 de maio de 2023, que “Regulamenta o agente de contratação, a equipe de apoio e a comissão de contratação, no âmbito do Município de Pinhal Grande/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

8.2. A gestão do contrato ficará a cargo do agente de contratação.

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Engenheira Civil Raieli Rubin – CREA PR 182780/D.

8.4. Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1. O prazo para execução dos serviços deverá **iniciar-se em até 2 (dois) dias úteis** após a confirmação, pela fiscalização designada, da disponibilidade integral dos materiais no local da obra, devendo ser **concluída no prazo máximo de 1 (um) mês**.

10. PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. MODALIDADE

11.1. A contratação se dará por meio de licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, no tipo menor preço por item.

12. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1. A contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar.

13. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

13.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

pela **CONTRATADA**.

13.3. A comprovação dar-se-á mediante apresentação de nota fiscal contendo os valores antigos e notas fiscais contendo o novo valor e devem ser acompanhadas por pedido formal, devidamente assinado e datado, contendo o número do pregão, o item solicitado, preços e percentuais requeridos.

13.4. Sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

13.5. Dentro do prazo previsto no item **12.4** o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

14. CANCELAMENTO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O registro poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

14.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações deste Contrato;

14.1.2. Quando não assinar o contrato quando convocado, sem justificativa aceitável;

14.1.3. Quando não retirar o Pedido de Compra no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

14.1.4. Quando não aceitar reduzir o seu preço registrado, caso este se torne superior ao praticado no mercado;

14.1.5. Quando solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado a atender às exigências por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

14.1.6. A comunicação do cancelamento será formalizada em processo próprio, com notificação por correspondência com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15. PENALIDADES

15.1. O descumprimento das obrigações poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:

15.1.1. Advertência formal;

15.1.2. Multa de até 10% sobre o valor da hora contratada, em caso de não comparecimento sem justificativa;

15.1.3. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com o Município;



15.1.4. Rescisão contratual, nos casos de descumprimento grave ou reincidência.

16. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

16.1. Os serviços serão recebidos e aceitos somente após inspeção realizada pelo FISCAL DE CONTRATO ou pelo servidor encarregado do recebimento. Serviços que não atenderem aos padrões de qualidade exigidos ou que não estejam em perfeitas condições de utilização poderão ser rejeitados.

16.2. Constatada a conformidade, o servidor designado atestará a efetivação da entrega dos serviços no verso da Nota Fiscal, encaminhando-a ao Setor Financeiro da CONTRATANTE para fins de pagamento.

16.3. Em caso de não conformidade, o servidor designado devolverá a Nota Fiscal para que sejam realizadas as devidas correções.

17. ADEQUAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

17.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendido decorrerá da dotação orçamentária conforme classificação abaixo:

09.05.08.244.0011.1017 – Construção de Unidades Habitacionais

3.3.3.9.0.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

09.05.08.244.0011.1017 – Construção Unidades Habitacionais

3.3.3.9.0.39.0.0.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

09.05.08.244.0017.2167 – Apoio ao programa Habitacional um telhado para o amanhã

3.3.3.9.0.32.0.0.00.00.00 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita

09.05.08.244.0017.2167 – Apoio ao programa Habitacional um telhado para o amanhã

3.3.3.9.0.39.0.0.00.00.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

09.05.17.512.0017.2151 – Módulos Sanitários

3.3.3.9.0.30.0.0.00.00.00 – Material de Consumo

09.05.17.512.0017.2151 – Módulos Sanitários

3.3.3.9.39.0.0.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

18. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado por serviço executado, mediante apresentação de Nota Fiscal, acompanhada do boletim de medição devidamente atestado pela fiscalização.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

18.2. O pagamento será efetuado pelo Município de Pinhal Grande em até 30 (trinta) dias contados da data da prestação dos serviços, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

18.3. No valor a ser pago já está incluído todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

18.3. Na nota fiscal/fatura emitida pela empresa deverá conter em local de fácil visualização a indicação do número deste contrato e número do empenho.

19. DO REAJUSTE

19.1. Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, após o prazo mínimo de 12 (doze) meses de vigência do contrato, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou por outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

21. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa já prestou serviço de características semelhantes com o objeto da licitação.

22. CONDIÇÕES GERAIS

22.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

22.1.2. Vistoriar e receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência.

22.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Termo de Referência.

22.1.4. Comunicar à CONTRATADA após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos serviços realizados.

22.1.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

22.1.6. Efetuar o pagamento da CONTRATADA no prazo determinado no contrato;

22.1.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

22.1.8. Fornecer o material necessário para a construção dos módulos habitacionais

22.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.2.1. Caberá a CONTRATADA fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs) compatíveis com os serviços em execução, bem como garantir que os seus funcionários e prestadores dos serviços contratados utilizem corretamente os mesmos. Os equipamentos de EPI devem estar em conformidade com a legislação vigente e as especificações da NR6. Correrá por conta da CONTRATADA o custo desses equipamentos.

22.2.2. A CONTRATADA deverá manter recursos mínimos de mão-de-obra especializada, supervisão técnica e administrativa, veículos, materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos com a qualidade determinada pela Contratante.

22.2.3. Os insumos necessários aos serviços objeto desse Termo de Referência serão adquiridos e fornecidos pela CONTRATANTE. Os materiais serão encaminhados para o local de execução da obra, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA a estocagem, guarda e movimentação, desde o canteiro principal de obras até o local de aplicação.

22.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.2.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

22.2.6. Apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

22.2.7. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros quando da execução do contrato;

22.2.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato

22.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

incidam ou venham a incidir na execução do contrato

23. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

23.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de mão de obra para construção de Módulos Habitacionais, por intermédio de empresa regularmente constituída e habilitada, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre os profissionais executores e o Município de Pinhal Grande/RS.

23.2. A empresa contratada será única e exclusiva responsável por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, comprometendo-se a manter os encargos sociais devidamente quitados e a observar integralmente a legislação vigente.

24. ANEXOS

24.1. Constam em anexo a este Termo de Referência:

24.1.1. **ANEXO I** – Projeto Base

24.1.2. **ANEXO II** – Planilha Orçamentária e Complementares

24.1.3. **ANEXO III** – Memorial Descritivo

Pinhal Grande / RS, 14 de novembro de 2025.

VALMOR DA SILVA MARTINS
Secretária Municipal da Assistência Social e Habitação

RAIELI RUBIN
Engenheira Civil - CREA PR 182780/D



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

ANEXO III
DECLARAÇÃO CONJUNTA

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/MF/Nº

ENDEREÇO:

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as penas da lei e para fins da licitação Modalidade Concorrência Eletrônica nº 0002/2026, que a Empresa por mim apresentada:

- () não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público.
- () não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.
- () cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.
- () está em observância ao limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- () apresenta proposta econômica que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.
- () não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- () cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos limites previstos no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- () não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

Ressalva CASO EMPREGUE MENOR: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

LOCAL: _____, _____ de _____ de 2025.

ASSINATURA:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, **DECLARA** que está regularmente enquadrada na categoria:

() **MICROEMPRESA (ME)**, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, nos termos do §1º, art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, nos termos do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

() **DEMAIS EMPRESAS (NÃO ENQUADRADAS COMO MEI, ME OU EPP).**

A LICITANTE declara sua ciência de que perderá o direito ao tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 caso incorra em quaisquer situações previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei, assim como, por qualquer motivo, deixe de se enquadrar na categoria declarada.

Declara, por fim, que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

LOCAL: _____, _____ de _____ de 2025.

ASSINATURA:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA FUNCIONÁRIO PÚBLICO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº_____, _____(Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), DECLARA, sob as penas da Lei, declara para os devidos fins e a quem possa interessar, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal

CPF:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

INFORMAÇÕES:

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Responsável legal: _____

Dados Bancários: Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

O licitante por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, PROPÕE executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor abaixo mencionado, nos termos da Planilha Orçamentária que constitui parte desta proposta de preços.

• **TEM QUE ANEXAR A PLANILHA ORÇAMENTARIA JUNTO.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. MÍN/MÁX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Construção de Módulos Habitacionais Modelo Padrão Assistência Social, com estrutura de alvenaria, estrutura de madeira, execução de contrapiso, instalação de cobertura com telha fibrocimento 6mm, bem como instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 24,00 m²	UND	1/10	R\$	R\$
02	Construção de Módulos Habitacionais Modelo Padrão Assistência Social, com estrutura de alvenaria, estrutura de madeira, execução de contrapiso, instalação de cobertura com telha fibrocimento 6mm, bem como instalações elétricas e hidráulicas, com área construída de 30,00 m²	UND	1/15	R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

(Local e data).

Assinatura do representante legal

CPF:



ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Pinhal Grande, com sede à Avenida Integração, 2691, Bairro Integração, na cidade de Pinhal Grande (RS), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.444.346.0001/22, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Lucas Michelin, doravante denominada PREFEITURA, considerando o julgamento da licitação **Concorrência Eletrônica para Registro de Preços nº 0002/2026**, conforme **Processo Administrativo n.º 133/2025, Edital n.º 007/2026**, RESOLVE registrar os preços da empresa , CNPJ nº com sede, representada por seu (.....cargo na empresa), CPF nº, doravante denominada FORNECEDOR, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Municipal nº 2.481, de 09 de maio de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada destinada à construção de Módulos Habitacionais.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato vigorará pelo período 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração, conforme termos do Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para execução dos serviços deverá **iniciar-se em até 2 (dois) dias úteis** após a confirmação, pela fiscalização designada, da disponibilidade integral dos materiais no local da obra, devendo ser **concluída no prazo máximo de 1 (um) mês**.

4. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão solicitados pela Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação conforme demanda;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

- 4.2. O profissional deverá utilizar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados às atividades desenvolvidas;
- 4.3. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT e normas regulamentadoras de segurança do trabalho;
- 4.4. O fornecimento de materiais e peças necessárias será de responsabilidade da Prefeitura, salvo quando especificado em contrário.
- 4.5. Verificada a não conformidade de algum serviço, a contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

5. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados em diversas localidades do Município de Pinhal Grande / RS.
- 5.2. A empresa contratada deverá adaptar-se às condições físicas, operacionais e de acesso do local, respeitando normas de segurança, circulação de pessoas e eventuais restrições impostas pela CONTRATANTE, garantindo a execução adequada e segura dos serviços.

6. PRAZO DE GARANTIA

- 6.1. O empreiteiro que executar a Obra, ficará responsável pela solidez e segurança do trabalho por um período irredutível de 5 (cinco) anos, conforme elencado no artigo 618 do Código Civil.

7. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 7.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.
- 7.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.
- 7.3. A comprovação dar-se-á mediante apresentação de nota fiscal contendo os valores antigos e notas fiscais contendo o novo valor e devem ser acompanhadas por pedido formal, devidamente assinado e datado, contendo o número do pregão, o item solicitado, preços e percentuais requeridos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

7.4. Sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

7.5. Dentro do prazo previsto no item 7.4, a CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

8. REQUISITOS DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

Objeto licitado será recebido:

9.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.3. O objeto licitado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.5. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contrato.

9.6. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

10. PREÇO

10.1. O preço a ser pago pela execução da obra será de R\$ _____, conforme a proposta da **CONTRATADA** vencedora da Concorrência Eletrônica n.º/2025.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado por serviço executado, mediante apresentação de Nota Fiscal, acompanhada do boletim de medição devidamente atestado pela fiscalização.

11.2. O pagamento será efetuado pelo Município de Pinhal Grande em até 30 (trinta) dias contados da data da prestação dos serviços, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

11.3. No valor a ser pago já está incluído todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11.4. Na nota fiscal/fatura emitida pela empresa deverá conter em local de fácil visualização a indicação do número deste contrato e número do empenho.

12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

12.1. Os serviços serão recebidos e aceitos somente após inspeção realizada pelo FISCAL DE CONTRATO ou pelo servidor encarregado do recebimento. Serviços que não atenderem aos padrões de qualidade exigidos ou que não estejam em perfeitas condições de utilização poderão ser rejeitados.

12.2. Constatada a conformidade, o servidor designado atestará a efetivação da entrega dos serviços no verso da Nota Fiscal, encaminhando-a ao Setor Financeiro da CONTRATANTE para fins de pagamento.

13. RECURSO FINANCEIRO

13.1. As despesas do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

09.05.08.244.0011.1017 – Construção de Unidades Habitacionais

3.3.3.9.0.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

09.05.08.244.0011.1017 – Construção Unidades Habitacionais

3.3.3.9.0.39.0.0.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

09.05.08.244.0017.2167 – Apoio ao programa Habitacional um telhado para o amanhã

3.3.3.9.0.32.0.0.00.00.00 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

09.05.08.244.0017.2167 – Apoio ao programa Habitacional um telhado para o amanhã
3.3.3.9.0.39.0.0.00.00.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

09.05.17.512.0017.2151 – Módulos Sanitários
3.3.3.9.0.30.0.0.00.00.00 – Material de Consumo

09.05.17.512.0017.2151 – Módulos Sanitários
3.3.3.9.39.0.0.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

14. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

14.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, até o efetivo pagamento.

15. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

15.1. O valor da prestação dos serviços será reajustado, após um ano de vigência deste contrato, pelo índice IPCA/IBGE ou IGP-M/FGV.

16. RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

16.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 2.481 de 09 de maio de 2023, que “Regulamenta o agente de contratação, a equipe de apoio e a comissão de contratação, no âmbito do Município de Pinhal Grande/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

16.2. A gestão do contrato ficará a cargo do agente de contratação.

16.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Engenheira Civil Raieli Rubin – CREA PR 182780/D.

16.4. Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

- 17.2. Vistoriar e receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 17.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA entregar fora das especificações do Termo de Referência.
- 17.4. Comunicar à CONTRATADA após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos serviços realizados.
- 17.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- 17.6. Efetuar o pagamento da CONTRATADA no prazo determinado no contrato;
- 17.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 17.8. Fornecer o material necessário para a construção dos módulos habitacionais

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1. Caberá a CONTRATADA fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs) compatíveis com os serviços em execução, bem como garantir que os seus funcionários e prestadores dos serviços contratados utilizem corretamente os mesmos. Os equipamentos de EPI devem estar em conformidade com a legislação vigente e as especificações da NR6. Correrá por conta da CONTRATADA o custo desses equipamentos.
- 18.2. A CONTRATADA deverá manter recursos mínimos de mão-de-obra especializada, supervisão técnica e administrativa, veículos, materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços de modo a viabilizar o cumprimento dos prazos com a qualidade determinada pela Contratante.
- 18.3. Os insumos necessários aos serviços objeto desse Termo de Referência serão adquiridos e fornecidos pela CONTRATANTE. Os materiais serão encaminhados para o local de execução da obra, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA a estocagem, guarda e movimentação, desde o canteiro principal de obras até o local de aplicação.
- 18.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 18.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- 18.6. Apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

- 18.7. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros quando da execução do contrato;
- 18.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato
- 18.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

19. DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir de sua lavratura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

19.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

19.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

19.1.3 A ata de registro de preços será firmada pelo titular da unidade responsável pela realização da licitação, juntamente com o Pregoeiro, bem como pelo representante da empresa que detenha o preço registrado, podendo ser lavrado mais de um documento por procedimento de contratação, conforme o número de vencedoras do respectivo procedimento.

19.1.4 A ata de registro de preços terá validade de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados.

19.1.5 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados para o próximo período, até o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo realizado no primeiro ano de vigência da ata.

19.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 15.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

19.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



20. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

20.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

20.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

20.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

20.2 - Na eventualidade de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro por período que ultrapasse 12 meses da data de apresentação das propostas, por motivos justificados e aceitos pela Administração, o saldo contratual, a critério da contratante, será reajustado conforme a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ocorrida entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, salvo modificações na política monetária em vigor.

20.2.1 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

21. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

21.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de mão de obra para construção de Módulos Habitacionais, por intermédio de empresa regularmente constituída e habilitada, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre os profissionais executores e o Município de Pinhal Grande/RS.

21.2. A empresa contratada será única e exclusiva responsável por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, comprometendo-se a manter os encargos sociais devidamente quitados e a observar integralmente a legislação vigente.

22. CANCELAMENTO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

22. O registro poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

22.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações deste Contrato;

22.1.1. Quando não assinar o contrato quando convocado, sem justificativa aceitável;

22.1.2. Quando não retirar o Pedido de Compra no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

22.1.3. Quando não aceitar reduzir o seu preço registrado, caso este se torne superior ao praticado no mercado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

22.1.4. Quando solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado a atender às exigências por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

22.1.5. A comunicação do cancelamento será formalizada em processo próprio, com notificação por correspondência com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

23. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

23.1 – Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

23.2 – Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

23.3 – Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Secretaria Municipal Requerente, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

24. PENALIDADES

24. O descumprimento das obrigações poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:

24.1.1. Advertência formal;

24.1.2. Multa de até 10% sobre o valor da hora contratada, em caso de não comparecimento sem justificativa;

24.1.3. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com o Município;

24.1.4. Rescisão contratual, nos casos de descumprimento grave ou reincidência.

25. DA OBRIGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES

A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto deste contrato em estrita conformidade com as condições, especificações técnicas e demais disposições contidas no Edital de Licitação, no Memorial



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL GRANDE

Descritivo, no Termo de Referência, na Proposta apresentada e em todos os demais documentos que integram o presente instrumento contratual, os quais são partes integrantes e indissociáveis deste contrato, independentemente de transcrição.

Pinhal Grande/RS _____ de 2026.

Lucas Michelin
Prefeito de Pinhal Grande

Empresa
Cnpj: _____